



Agência de
Empreendedorismo
de Pernambuco



AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE PERNAMBUCO S.A. – AGE
CNPJ(MF) nº. 13.178.690/0001-15
Av. Engenheiro Domingos Ferreira, 467 – Pina, Recife/PE – CEP: 51.011-051
Notas Explicativas da Administração às
Demonstrações Financeiras Individuais em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
(valores expressos em milhares de reais, exceto quando expresso)

1. Contexto Operacional

A **AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE PERNAMBUCO S.A. - AGE**, pessoa jurídica de direito privado, é uma Sociedade Anônima de Economia Mista, de capital fechado, regida pela Lei das Sociedades por Ações, Lei 6.404/76 e suas alterações, integrante da Administração Pública Indireta do Estado de Pernambuco, constituída com base na Lei Estadual nº 13.701, de 18 de dezembro de 2008.

A **AGE** é uma instituição financeira subordinada à supervisão e fiscalização do Banco Central do Brasil. Sua Legislação e regulamentação são submetidas ao disposto na Lei Federal nº 4.595/64, de 31.12.64, e alterações posteriores, relativas ao Sistema Financeiro Nacional. A Agência recebeu autorização de funcionamento, conforme comunicado DEORF/GTREC - 2010/09947, de 09 de dezembro de 2010, do Banco Central do Brasil.

A **AGE** tem como principal finalidade a realização de ações de fomento econômico no Estado de Pernambuco, incluindo a realização de financiamentos para investimentos fixos, de giro, mistos, associados a projetos, utilizando recursos próprios ou repasse de recursos de instituições financeiras e fundos regionais, nacionais e internacionais, a concessão de garantias, a gestão de fundos de desenvolvimento e a prestação de serviços de consultoria financeira, em consonância com o Plano do Governo Estadual, podendo praticar todas as modalidades operacionais previstas nas normas do Banco Central do Brasil para as Agências de Fomento.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras e Principais Práticas Contábeis

As Demonstrações Financeiras Individual foram elaboradas e apresentadas em conformidade com os dispositivos da Lei das Sociedades por Ações - Lei 6.404/76 e suas alterações, associadas às normas do CMN – Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil - BACEN, através dos critérios estabelecidos no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro - COSIF.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), porém nem todas foram homologadas pelo Banco Central do Brasil. Encontram-se aqui observadas aqueles listados no Capítulo 4 – Anexos – do COSIF. Os demais pronunciamentos técnicos não citados, enquanto não recepcionados por ato específicos do Conselho Monetário Nacional, não podem ser aplicados.

As demonstrações Financeiras Individual ora apresentadas referem-se ao período encerrado em 30 de junho de 2022, data de encerramento do semestre, e comparadas em conformidade com a Resolução BCB no. 2, de 12 de agosto de 2020.

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações Financeiras individuais estão definidas a seguir:

Emm
A
1
PN

a) Disponibilidades

Para fins de Demonstração de Fluxo de Caixa, caixa e equivalente de caixa corresponde aos saldos de Disponibilidades, que são utilizados para atendimento dos compromissos de curto prazo.

b) Operações de Crédito

As operações de crédito encontram-se atualizadas em conformidade com as correspondentes disposições contratuais, registradas a valor presente, incorporando os rendimentos auferidos até a data do balanço quando pós-fixadas e líquido das rendas a apropriar em razão da fluência dos prazos das operações, quando pré-fixada.

Por recomendação do BACEN, a atualização das operações de crédito ocorre até o 60º dia, sendo contabilizada como receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, somente quando efetivamente recebidas.

Todas as operações de crédito estão classificadas obedecendo os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/1999, do CMN.

As operações de crédito em atraso são classificadas nos níveis de "A" até "H". Aquelas classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por até cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas no mesmo nível em que se encontravam classificadas. As renegociações de operações de crédito, que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível "H" e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

c) Ativo Permanente

O ativo permanente está registrado ao custo de aquisição líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil econômica estimada dos bens considerando as taxas mínimas anuais estabelecidas na IN RFB 1700/17.

Os valores registrados no Intangível referem-se aos gastos com a implantação de sistemas e são amortizados levando em conta o vencimento final dos contratos.

d) Ativos e Passivos Contingentes

As provisões são reconhecidas quando a Agência tem uma obrigação legal ou implícita, como resultado de eventos passados. São avaliadas, reconhecidas e divulgadas de acordo com as determinações estabelecidas na Resolução CMN 3.823/2009 e Normas Brasileiras de Contabilidade - NBC 25 (R2) – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

e) Demais Ativos e Passivos

São demonstrados pelo custo, acrescidos, quando aplicável, dos rendimentos e das variações monetárias incorridas. A classificação em circulante e longo prazo, do Ativo Circulante e do Passivo Exigível, obedece ao Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

EMM *J* *AM*

f) Apuração do Resultado

O regime de apuração do resultado é o de competência, que estabelece que receitas e despesas devem ser apropriadas nos períodos em que ocorrerem.

g) Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro, quando exigível, são calculados em bases mensais sobre o resultado contábil do período, ajustado pelas adições determinadas, pelas exclusões admitidas e pelas compensações de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa, até o limite definido em Legislação específica vigente à época da ocorrência dos fatos geradores.

3. Títulos e Valores mobiliários

A carteira de Títulos e Valores Mobiliários apresenta saldo em 31 de dezembro de 2022 e 2021 conforme abaixo, visando inclusive, cumprir ao determinado na Resolução nº 2.828 do BACEN, no que trata da aplicação em Títulos Públicos Federais, sendo 90% destes aplicados em Fundos com remuneração pela taxa básica de juros da economia e os outros 10% em títulos do tesouro nacional na modalidade Tesouro SELIC:

	Vencimento	Dez/2022	Dez/2021
Curto Prazo (para negociação)		42.130	21.091
Cotas de Fundos de Renda Fixa	Sem vencimento	42.130	21.091
Letras Financeiras do Tesouro	01/09/2023	-	-
		5.046	4.488
Longo Prazo (para negociação)		5.046	4.488
Longo Prazo (mantido até o vencimento)	01/09/2023	5.046	4.488
Letras Financeiras do Tesouro			
TOTAL		47.176	25.579

4. Operações de Crédito

As operações de crédito da Agência estão devidamente classificadas nos níveis de risco definidos pela Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional - CMN. As principais informações relacionadas às operações de crédito estão demonstradas a seguir:

4.1. Composição por Atividade Econômica

A Vencer

Setor Privado	31.12.2022				31.12.2021			
	Até 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais 360 dias	Total	Até 180 dias	De 180 a 360 dias	Mais 360 dias	Total
St Priv Rural	-	-	-	-	111	306	194	611
Outros Serviços	3.092	1.391	2.064	6.547	1.698	1.529	15.238	18.465
Indústria	565	388	1.344	2.297	334	264	2.977	3.575
Comércio	689	510	766	1.965	3.008	6.621	4.086	13.715
Pessoa Física	9.735	3.413	262	13.410	56	84	11	151
Subtotal	14.081	5.702	4.436	24.219	5.208	8.804	22.506	36.518

3

Vencido

Setor Privado	De 0 a 60 dias	De 61 a 180 dias	Mais de 180 dias	Total	De 0 a 60 dias	De 61 a 180 dias	Mais de 180 dias	Total
Serviço	461	112	323	896	1.088	338	307	1.733
St Pub fed com	-	-	-	-	55	14	12	81
St Priv Rural	-	-	-	-	32	8	7	47
Indústria	122	42	154	318	95	26	33	154
Comércio	537	186	705	1.428	2.672	1.396	2.754	6.822
Pessoa Física	2.529	225	161	2915	6	14	20	39
Subtotal	3.649	565	1.343	5.557	3.948	1.796	3.133	8.877

4.2. Composição por Nível de Risco e Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa

A VENCER Nível de risco	31.12.2022				% Resolução BACEN	Provisão	31.12.2021
	Até 180 dias	de 181 a 360 dias	Mais de 360 dias	Total			Provisão
A	11.536	4.365	1.304	17.205	0,50%	86	144
B	837	647	2.513	3.997	1,00%	40	53
C	1.429	588	523	2.540	3,00%	76	69
D	35	1	1	37	10,00%	4	6
E	75	40	82	197	30,00%	59	8
F	52	13	5	70	50,00%	35	37
G	37	15	6	58	70,00%	40	6
H	80	32	3	115	100,00%	115	64
Total	14.081	5.701	4.437	24.219		455	387

VENCIDO Nível de risco	31.12.2022				% Resolução BACEN	Provisão	31.12.2021
	De 0 a 60 dias	De 61 a 180 dias	Mais de 180 dias	Total			Provisão
A	-	-	-	-	0,50%	-	3
B	-	-	-	-	1,00%	-	24
C	155	30	13	198	3,00%	6	26
D	201	45	71	317	10,00%	32	30
E	115	31	28	174	30,00%	52	161
F	321	46	36	404	50,00%	202	194
G	330	65	183	578	70,00%	405	1.303
H	2.526	348	1.013	3.887	100,00%	3.887	1.957
Total	3.649	565	1.343	5.557		4.584	3.698

4.3. Movimentação da provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa nos exercícios:

	2022	2021
Saldo no Início do exercício	4.085	870
Adições	3.235	4.428
Recuperação de Crédito Baixado como Prejuízo	(253)	(71)
Reversões	(383)	(-)
Baixa	(1.645)	(1.142)
Saldo no Final do semestre	5.039	4.085

(Handwritten signatures and initials)

5. Imobilizado de Uso

Demonstrada a seguir, a movimentação e composição dos ativos Imobilizados de Uso e Intangível:

	Saldo em 31/12/2021	Adições 1º Sem. 2022	Sdo 30/06/2022	Adições 2º Sem. 2022	Baixas 2º Semestre	Saldo em 31/12/2022
PERMANETE	1.381	(457)	924	-427	527	1.024
<u>Imobilizado de Uso</u>	284	(34)	250	-35	-	215
Móveis e Equipamentos de Uso	962	2	964	-	-	963
Mobiliário	285	-	285	-	-	285
Equipamento de Processamento	620	-	620	-	-	620
Outros Equipamentos	56	2	58	-	-	58
(Depreciação)	(678)	(36)	(713)	(35)	-	(748)
(-) Depreciação Móveis Equip. de Uso	(678)	(36)	(713)	(35)	-	(748)
(-) Mobiliários	(268)	(4)	(272)	(4)	-	(275)
(-) Equipamento de Proc. de Dados	(364)	(31)	(394)	(30)	-	(425)
(-) Outros Equipamentos	(46)	(1)	(47)	(1)	-	(48)
<u>Intangível</u>	1.097	(423)	673	(392)	527	809
Ativos Intangíveis	1.579	342	1.921	8	(1)	1.928
Sistema de Processamento Aquisição	6	-	6	1	-	7
Licenças Contratuais	1.573	342	1.915	7	(1)	1.921
(-) Amortização Acumuladas	(483)	(765)	(1.248)	(400)	528	(1.120)
(-) Sistema Proc. Dados/Aquisição	(5)	-	(5)	(2)	-	(7)
(-) Amortização de Licenças Contratuais	(478)	(765)	(1.243)	(398)	528	(1.113)

Os ativos Imobilizado e Intangíveis se encontram dentro da composição do plano de contas das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif), estatuidos, respectivamente, pelas Cartas Circulares no. 3941 e 3940, de 22 de março de 2019; – BACEN.

6. Obrigações por Empréstimos e Repasses

Os valores registrados em Obrigações por Empréstimos e Repasses, referem-se aos repasses do FINEP e BNB-FNE, correspondentes a financiamentos de longo prazo, superiores a 5 anos para liquidação e já estão sendo amortizados mensalmente, e o FUNGETUR correspondente a financiamento de longo prazo, conforme segundo termo aditivo ao contrato administrativo nº 005/2020, processo nº 72031.015148/2020-44, celebrado entre a União (Ministério do Turismo) e a AGE, em sua cláusula segunda – da vigência, conforme demonstrado a seguir:

Passivo Circulante

	2022	2021
Obrigações por Repasses – FINEP	188	347
Obrigações por Repasses – BNB	150	151
Obrigações por Repasses – FUNGETUR	274	10.000
	612	10.498

[Handwritten signatures and initials]

Exigível a Longo Prazo

	2022	2021
Obrigações por Repasses – FINEP	73	374
Obrigações por Repasses – BNB	21	172
Obrigações por Repasses – FUNGETUR	438	-
	532	546

- a) Os recursos do FINEP, são corrigidos pela TJLP, e apresentaram garantias de imóveis/máquinas.
- b) Os recursos do BNB, são PRE – Fixados e apresentaram garantias reais de painéis solares.
- c) Os Recursos do FUNGETUR são corrigidos pela SELIC

7. Outras Obrigações - Diversas

Outras obrigações existentes, constituídas das provisões das despesas administrativas do mês de dezembro/2022 e as provisões das despesas de pessoal sobre férias acrescidas de 1/3 dos funcionários e Diretoria, correspondente ao saldo acumulado no final do exercício, provisão ordenado e outros credores. Em dezembro do exercício anterior, figurou dotação em dinheiro no valor de R\$ 19.400 (mil), depositado no Banco do Brasil S/A para aumento de Capital Social, creditado à instituição pelo seu maior acionista (Governo do Estado de Pernambuco), aprovado pelo Banco Central do Brasil e incorporado em data de 14 de março de 2022.

	dez/22	dez/21
Dotação para Aumento de Capital	-	19.400
Provisão Outras Despesas Administrativas	1.047	435
Provisão de Ordenado, Férias e Encargos	547	428
Provisão P/ Passivos Contingentes	-	184
Credores Diversos	880	1.335
TOTAL	2.474	21.782

8. Patrimônio Líquido

8.1 - Capital Social

O Capital Social, subscrito e integralizado, representa o montante de R\$ 97.710 (mil), representado por 96.654.408 ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal.

O Capital Social é representado exclusivamente por ações ordinárias. Cada ação ordinária nominativa dá direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais.

O Quadro de acionistas está assim constituído (em Reais 1,00):

	2022		2021	
	R\$	Percentual	R\$	Percentual
Acionistas				
Estado de Pernambuco	97.300.000	99,58%	77.900.000	99,43%
AD DIPER	350.000	0,36%	350.000	0,49%
SINDUSGESSO	50.000	0,05%	50.000	0,07%
FEMICRO	10.000	0,01%	10.000	0,01%
Demais Acionistas	10	0,00%	10	0,00%
Total	97.710.010	100,00%	78.310.010	100,00%

Handwritten signatures and initials:
 emx, d, PK, [Signature], 6

8.2 – Ajustes de Exercício Anterior

Foram realizados ajustamentos diretamente no Patrimônio Líquido, a título de “Ajustes de Exercícios Anteriores” - Prejuízos Acumulados, referente a valores correspondentes a perdas fiscais, prescrições de prazos para recuperação, depósitos não identificados, provisões constituídas a maior e saldos indevidos de obrigações do FINEP, conforme detalhamento abaixo:





	<u>1o. Sem.2022</u>	<u>2o. Sem.2022</u>
Ajustes despesas líquida indevida - FINEP	56	-
Ajustes despesas de comunicação	91	-
Ajustes por amortizações antecipadas no intagível	-	352
Ajustes diversos líquido	<u>3</u>	<u>-22</u>
Total dos ajustes de exercícios anteriores	150	330

9. Despesa de Pessoal e Honorários

	<u>2º Sem. 2022</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Honorários	444	881	754
Alimentação	515	1.072	842
FGTS	166	330	257
INSS	573	1.125	850
Ordenado e Reprep	1.612	3.063	2.353
Férias	230	493	294
13º Salário	171	342	244
Outras	69	133	92
	<u>3.780</u>	<u>7.439</u>	<u>5.686</u>

10. Outras Despesas Administrativas e tributárias

	<u>2º Sem. 2022</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Manutenção e Conservação	47	88	83
Processamento de Dados	325	842	203
Publicações	21	44	192
Serviços de Terceiros	135	276	315
Serviços Técnicos Especializados	14	27	29
Aluguéis	321	614	474
Comunicação	81	167	171
Serviços Sistema Financeiro	63	200	266
Água, Energia e Gás	41	91	90
Tributárias e Outras	133	245	250
	<u>1.181</u>	<u>2.594</u>	<u>2.073</u>

11. Estrutura de Gerenciamento de Riscos

A gestão de riscos da AGE considera as exigências e níveis regulatórios. É um processo que envolve identificação e medição dos principais riscos aos quais a Instituição está exposta. O gerenciamento resulta em melhorias nos seus processos internos, com adequações da estrutura organizacional, de forma a envolver todas as áreas da instituição num processo contínuo de otimização, da gestão que visa os controles e a mitigação dos riscos.

a) Risco de Crédito

O risco de crédito decorre da possibilidade de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, da desvalorização de contratos decorrentes da deterioração na classificação de risco e da redução de ganhos ou remunerações face às vantagens concedidas por ocasião de renegociações e aos custos de recuperação. Nesse âmbito, em atendimento às disposições da Resolução Bacen nº 3721/2009, existe política definida para a gestão do risco de crédito.

b) Risco de Mercado

Foi implementada a Política de Gerenciamento de Risco de Mercado na Instituição que tem o objetivo de identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição desses riscos, garantindo a existência de mecanismos eficientes para a supervisão e acompanhamento. Além da definição das diretrizes de gestão, foi encaminhada a sistematização das regras de apuração da parcela de Patrimônio de Referência Exigido, referente ao risco de mercado, considerando as características das operações existentes, tendo presente os requisitos mínimos estabelecidos pelo Banco Central do Brasil.

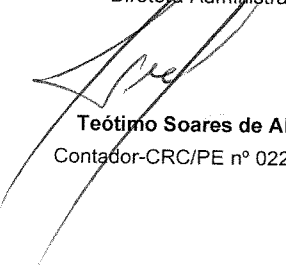
c) Risco Operacional

A Política de Gerenciamento de Risco Operacional definida contempla a visão gerencial e a cultura de controles, o reconhecimento e avaliação dos riscos, o controle das atividades e segregação de responsabilidades, o processo de informação e comunicação e a necessidade de monitoramento das atividades de controle. O sistema implantado com esse fim específico tem por base a classificação de riscos prevista no disposto na Resolução Bacen nº. 3.380/2006.


Edilberto Xavier de Albuquerque Junior
Diretor Presidente Interino


Eduardo Luiz Almeida de Queiroz
Diretor Financeiro de Planejamento e de Controle


Renata Kosminsky
Diretora Administrativa


Teófilo Soares de Almeida
Contador-CRC/PE nº 022.654/O-0